

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Estado do Rio deve ter reforço de caixa de R\$ 32 milhões por ano	2
Título: Funcionário de estatal pode ter teto salarial	3
Título: Poder em jogo	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Notas	5
Título: Notas	5
Título: Engevix espera leniência para reverter condenação	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Governo estuda aumento de tributo sobre os combustíveis	7
Título: Setor de energia quer fim de revisão de índice que acontece depois de meses	8
Título: Montadoras usam recursos como sol e vento para tornar produção 'verde'	9
VEÍCULO: Valor Econômico	10
Título: Bandeira amarela pode voltar à tarifa em julho	10
Título: Governo troca comando de Furnas para atender presidente da CCJ	12
Título: Política energética de Trump apoia carvão e nuclear	13
Título: Destaque	15
Título: Eletrobrás vai seguir Cemig e vender usina	15
Título: Minério fecha junho em alta mas segue sob pressão	17
Título: Compra da CSA abrirá mercados à Ternium	19
Título: Veto na área de educação pode atingir Ale e Ipiranga	20
Título: Fornecedor da Petrobras busca novas áreas	22
Título: Investimento em óleo e gás estão em queda no país	24

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez / André De Souza****Título: Estado do Rio deve ter reforço de caixa de R\$ 32 milhões por ano**

Liminar do STF obriga União a pagar correção monetária sobre repasse de royalties.

Um reforço no caixa do governo do Estado do Rio da ordem de R\$ 32 milhões por ano. Esta é a estimativa da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE) para o aumento da arrecadação com a liminar concedida ontem pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello, que determinou que a União pague ao estado correção monetária sobre os repasses dos valores dos royalties e participações especiais (PEs).

“Defiro a liminar para determinar que as transferências dos valores referentes aos royalties e participações especiais devidos ao Estado do Rio de Janeiro sejam realizados, a partir da publicação desta decisão, na completude, isto é, incluída a atualização referida pelo Banco Central a título de correção monetária”, decidiu Marco Aurélio. As petroleiras fazem os repasses dos royalties e participações especiais para a Agência Nacional do Petróleo (ANP) que, por sua vez, repassa os recursos ao Tesouro Nacional. A partir daí, o Tesouro faz a distribuição dos recursos a estados e municípios produtores. A correção monetária é relativa ao período do recebimento dos valores até o seu repasse para o estado.

TESOURO SEGUIRÁ DECISÃO

O subprocurador-geral do Estado do Rio e presidente da comissão de petróleo e gás da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Fernando Barbalho, explicou que a Lei nº 7990/89, que regulamenta o pagamento de royalties do petróleo e participações especiais, prevê que a União tem prazo de 60 dias para fazer o repasse dos valores e determina o pagamento de correção monetária. E isso não vinha sendo feito em relação aos montantes devidos ao governo do Estado do Rio. — A liminar concedida pelo ministro Marco Aurélio Mello traduz seu reconhecido senso de justiça e reafirma jurisprudência já consolidada nas demais instâncias do Poder Judiciário — destacou Barbalho.

Ele disse que a União deverá começar a fazer os repasses com correção monetária a partir de hoje. Segundo Barbalho, os valores da correção vão depender dos preços do barril do petróleo e do volume da produção, mas, no ano passado, o Rio teria recebido R\$ 32 milhões com a correção sobre os R\$ 2,1 bilhões em royalties e participações especiais pagos. Na Ação Cível Ordinária impetrada pelo Rio no STF contra a União e a ANP no fim de março solicita que o pagamento da

correção monetária seja retroativo aos últimos cinco anos. Esse item, porém, ainda não foi julgado pelo STF. Nas contas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (Sedeis), o estado deixou de receber entre 2012 e 2016 (período de cinco anos), uma planilha elaborada pelo Sedeis aponta R\$ 522 milhões. Sobre esse ponto, não houve decisão de Marco Aurélio.

— A Procuradoria tem se dedicado, dentro de sua esfera de competência, a assessorar juridicamente e defender o estado em juízo, em duas vertentes, uma delas é impedir gastos adicionais, e a outra frente é o incremento de receitas — destacou Barbalho. O subsecretário observou que alguns municípios que tinham questionado a cobrança de correção monetária já estariam recebendo os royalties e participações especiais devidamente corrigidos. Fernando Barbalho lembrou que o Governo do Estado do Rio continua lutando em outras frentes, como o pedido de mudança da base de cálculo do preço do petróleo, usado para estimar os royalties e as participações.

Essa questão está em análise na ANP. — Estão em curso várias iniciativas judiciais e administrativas no sentido de preservar e recompor esta importante receita do estado (royalties), de modo a dar mais uma contribuição à superação da profunda crise que estamos atravessando — disse Barbalho. O Tesouro Nacional informou que vai cumprir a decisão do ministro do STF. Segundo o órgão, o impacto sobre as contas públicas ainda não foi calculado.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura e Eduardo Barretto

Título: Funcionário de estatal pode ter teto salarial

Governo prepara decreto para limitar ganho de trabalhador cedido a outro órgão.

O governo prepara um decreto para impedir que funcionários de empresas estatais cedidos a outros órgãos recebam salários superiores ao teto constitucional dos servidores públicos. O teto salarial equivale aos vencimentos de um ministro do Supremo Tribunal Federal, atualmente em R\$ 33,7 mil. A informação foi dada ontem pelo ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. Funcionários de empresas estatais — como Petrobras e Eletrobras — cedidos para trabalharem nos ministérios, por exemplo, recebem dois salários: os vencimentos pagos pela estatal e aqueles pagos pelo órgão no qual presta serviço.

Com isso, esses servidores podem "furar o teto" ao somar os dois valores. REGRA DE TRANSIÇÃO O decreto em elaboração vai permitir que os funcionários

continuem recebendo dois salários, mas o valor além do teto será descontado, disse Dyogo. — O teto vai incidir sobre a remuneração global. Hoje, ele receberia a nomeação dele e o cargo nomeado. (Com o decreto), vamos dizer: a União só vai pagar até o teto. Estamos elaborando a proposta, que não está pronta. E vamos fazer uma regra de transição — afirmou o ministro do Planejamento.

O Senado já aprovou uma lei para cortar penduricalhos que inflam os vencimentos e fazem alguns servidores receberem além do teto constitucional. O projeto ainda tem de ser analisado pela Câmara. As informações foram dadas pelo ministro em evento preparado pelo Palácio do Planalto para comemorar um ano da Lei de Responsabilidade das Estatais. Horas depois de a Câmara receber denúncia contra o presidente Michel Temer por corrupção passiva, este participou da cerimônia comemorando a lei, que o próprio governo descumpriu.

O GLOBO revelou, no início do ano, que o governo desrespeitou a Lei das Estatais ao nomear para duas diretorias de Itaipu políticos que eram dirigentes do PSD e do PPS. A legislação veda a nomeação, para a diretoria de empresas públicas, de pessoa que atuou, nos últimos 36 meses, como participante de estrutura decisória do partido político ou em trabalho vinculado a campanhas eleitorais. Após a reportagem, o governo recuou e retirou as nomeações.

SÓ TRÊS CUMPREM REGRAS

O ministro do Planejamento disse que todas as nomeações passam por avaliações para cumprir as regras: — As empresas estão implementando os comitês de elegibilidade. No caso de Itaipu, a lei não se aplica, porque ela tem tratamento jurídico diferente. Mas o governo teve sensibilidade de fazer a adequação das nomeações. O Brasil tem hoje 151 empresas estatais, das quais 103 com controle direto e 48 com controle indireto. Mas, segundo Dyogo, atualmente, apenas Banco do Brasil, Petrobras e BNDES cumprem integralmente todas as determinações da lei. ()

VEÍCULO: O Globo

Seção: Política / Colunas

Autor: Lydia Medeiros

Título: Poder em jogo

Hora do voto

A aprovação da reforma trabalhista nas comissões do Senado levou o líder do governo, senador Romero Jucá, a defender a votação das mudanças na Previdência o quanto antes pela Câmara, mesmo sem segurança do placar. Jucá diz que os pilares do governo Temer na economia são a credibilidade e a

previsibilidade, e que não é possível adiar mais o problema. “Temos que dar sinais para atender expectativas de curto e de médio prazos. Como economista, defendo essa posição do governo. Esperar é ficar na inércia, é desconhecer a realidade”, afirma. Jucá foi cético em relação a medidas como o aumento da Cide, admitido pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles: “Não vai ajudar a atingir a meta fiscal e contraria o discurso do governo”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: Notas

» Vácuo.

A Ômega Geração, que tenta emplacar sua oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), quer ocupar um vácuo na Bolsa brasileira que virá após a deslistagem da CPFL Renováveis. Apesar da pressão por parte de investidores, a ideia da companhia é ser avaliada em ao menos R\$ 1,7 bilhão. A intenção dos controladores é usar os recursos obtidos para novas aquisições. A companhia, focada em energia renovável, possui atualmente em seu portfólio 11 empreendimentos eólicos e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em operação, com geração estimada em 1.234,4 GWh por ano. Procurada, a Ômega não comentou por estar em período de silêncio.

» Adeus.

Depois de finalizado seu contrato de dois anos, o diretor executivo Jurídico da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Fabio Spina (Ex-Vale e ex-Suzano), deixou a empresa. Ele chegou à companhia com diversas metas, como redução de custos jurídicos e recuperação de valores. Com sua saída, o diretor Corporativo Institucional da CSN, Luiz Paulo Barreto, acumula a partir de agora a diretoria jurídica.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política / colunas

Autor: Andreza Matais, Marcelo de Moraes

Título: Notas

Governo afaga Pacheco por apoio dentro da CCJ

O esforço do governo para tentar impedir a abertura de processo contra Michel Temer pelo STF passa por agradar ao presidente da CCJ, Rodrigo Pacheco. Às

vésperas do deputado escolher quem será o relator da denúncia contra Temer, Pacheco terá uma demanda antiga atendida pelo Planalto: a troca do presidente de Furnas. Sai Ricardo Medeiros e entra Julio Cesar Andrade. O deputado garante que não vai pautar suas decisões por isso. "Nem que o governo corrija a falta grave que tem com Minas, isso não vai influenciar na CCJ", avisa.

» **Engole seco.** A troca na presidência de Furnas desagrada ao ministro das Minas e Energia, Fernando Filho, que recebeu ordens superiores para fazê-la.

» **Troca-troca.** Atual diretor de administração, Julio Cesar entrou em Furnas indicado pelo senador Romário, mas conquistou o apoio da bancada do PMDB de Minas Gerais e trocou de padrinho.

» **Calculando.** O governo sabe que precisará mais do que Furnas para agradar a Rodrigo Pacheco. Quem conhece o presidente da CCJ diz que todos os movimentos dele levarão em consideração um cálculo político.

» **Independência ou morte.** Com Aécio Neves e Fernando Pimentel alvejados por denúncias, Pacheco tem pela frente a chance de disputar cargo majoritário em 2018. Se atuar em defesa do governo na CCJ, pode perder esse espaço político.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Engevix espera leniência para reverter condenação

Empreiteira considerada inidônea pelo TCU diz que está em negociações 'firmes' com o MPF para assinar acordo.

A empreiteira Engevix, alvo das investigações da Operação Lavo Jato sobre irregularidades cometidas nas obras da usina nuclear de Angra 3, informou que "mantém firme negociações com o Ministério Público Federal de Brasília" para assinar um acordo de leniência e, com isso, escapar da condenação sofrida na quarta-feira pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Da mesma forma que as delações premiadas, que resultam em reduções de pena para delatores, o acordo de leniência serve para que as empresas reconheçam seus crimes e tenham suas punições reduzidas. Anteontem, o plenário da corte declarou a inidoneidade da empreiteira, por conta de irregularidades cometidas em contratos firmados com a Eletronuclear, dona de Angra 3. A decisão proíbe a Engevix de participar de qualquer licitação federal pelo prazo de cinco anos.

Em seu voto, o ministro relator Bruno Dantas afirmou que, “como é possível observar, a condução do processo de licitação não foi mero acaso, ocasionada por erro ou mesmo por desconhecimento do gestor” do empreendimento. “A condenação criminal demonstrou que eram ações intencionais de modo a direcionar contratos para a Engevix, mediante pagamento de propina, comprovando a fraude ao procedimento licitatório”, concluiu.

Por meio de nota, a empreiteira afirmou que a decisão “poderá ser revogada caso a empresa conclua o acordo de leniência que já está sendo negociado”. A empreiteira declarou que respeita a decisão do TCU, mas discorda de suas conclusões e “reitera que jamais participou de cartel ou de qualquer ilicitude em procedimentos licitatórios no âmbito da Eletronuclear, que foram amplamente competitivos”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: JULIO WIZIACK MARIANA CARNEIRO DE BRASÍLIA

Título: Governo estuda aumento de tributo sobre os combustíveis

A equipe econômica do presidente Michel Temer estuda um aumento de tributos cobrados na venda de combustíveis para compensar a perda de receitas com a recessão e fechar as contas deste ano sem descumprir a meta estabelecida para redução do rombo no Orçamento.

A ideia seria elevar as alíquotas de PIS e Cofins que incidem sobre os combustíveis, garantindo recursos que o governo federal não precisaria compartilhar com Estados e municípios. Outra possibilidade seria aumentar a Cide dos combustíveis, mas as receitas dessa contribuição precisam ser compartilhadas.

Neste momento, a principal aposta do governo para fechar suas contas é obter receitas extraordinárias com um projeto de lei que permite usar recursos separados para pagamento de precatórios, dívidas decorrentes de decisões judiciais, que não foram sacados pelos credores.

Na avaliação da área econômica, a medida deve ser aprovada pelo Congresso antes do recesso de julho e levará R\$ 8,6 bilhões para os cofres do governo, o que permitiria desbloquear despesas represadas no começo do ano.

Sem esses recursos, especialistas veem risco de paralisia de setores da máquina pública. Os primeiros sinais apareceram nesta semana: a Polícia Federal ficou sem dinheiro para emissão de passaportes e a EPE (Empresa de Pesquisa Energética) pediu doações para cobrir despesas.

Por isso, o presidente Michel Temer deu aval para que a área econômica comece a traçar um plano B. Embora ele tenha recomendado evitar aumento de tributos, seria ainda mais doloroso descumprir a meta de deficit fiscal do ano, de R\$ 139 bilhões.

O aumento de tributos, porém, ainda é tratado como alternativa apenas para o caso de as negociações no Congresso continuarem emperradas, por causa do recrudesimento da crise política.

Estão na fila de votações programas de refinanciamento de dívidas de impostos, como o Refis e o Funrural, além do projeto que libera o dinheiro dos precatórios, que o governo considera que será aprovado nos próximos dias.

Segundo a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, o governo espera R\$ 15 bilhões em receitas extraordinárias além daquelas que já estavam programadas para este ano. E espera contar com parte desses recursos até a próxima revisão orçamentária, prevista para ocorrer em julho.

Isso pode suavizar o atual congelamento de R\$ 39 bilhões de despesas do Orçamento, segundo Vescovi. "Estamos vivendo um contingenciamento forte. Há um esforço grande do governo de conter e reduzir despesas, mas com segurança para o cumprimento da meta", afirmou.

Vescovi comentou a interrupção da emissão de passaportes por falta de dinheiro. A secretária disse que "todos os órgãos do governo estão sentindo o contingenciamento e estão buscando se organizar".

Nesta quinta (29), o Tesouro informou que o deficit acumulado aumentou em maio para 2,53% do PIB (R\$ 167,6 bilhões), com incremento forte das despesas no mês, o que deixou o governo ainda mais distante da meta deste ano.

COMPROMISSO

Segundo Vescovi, a ampliação do deficit se deve à antecipação de despesas previstas para novembro e dezembro, com o pagamento de sentenças judiciais. "Não é uma despesa adicional, é só um reordenamento de pagamentos ao longo do ano", disse.

A secretária evitou falar em aumento de impostos, mas afirmou que a função do Tesouro é subsidiar as decisões do governo. "O ministro [Henrique Meirelles] foi muito claro que, se for necessário, nosso compromisso é com o cumprimento da meta", disse.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Setor de energia quer fim de revisão de índice que acontece depois de meses

Empresas de energia elétrica pedem o fim de uma norma da Aneel que obriga a revisão, após dois meses, de um índice importante para a formação de preços no setor. Isso os obriga a rever contratos depois desse tempo.

O PLD (preço de liquidação de diferenças) é divulgado pela CCEE semanalmente. Depois de cerca de 50 dias, a Aneel republica os valores, com eventuais revisões. Se a agência faz um cálculo que difere em mais de 10%, contratos têm que ser refeitos.

A Aneel tem uma proposta, em fase de consulta pública, para que só haja revisão se o erro exceder 30%.

A primeira audiência sobre o tema ocorreu na quinta (29).

A maioria das comercializadoras quer acabar com a revisão, segundo Reginaldo Medeiros, presidente da Abraceel (associação do setor).

"Há aumentos nos contratos de energia porque embute-se o risco da revisão."

Cálculo da Thymos, consultoria contratada pela Abraceel, aponta que o valor negociado pelo MWh é R\$ 14,8 mais caro por causa do risco de os negócios serem alterados posteriormente.

"De novembro para cá, isso aconteceu muito e induziu a uma leitura que é preciso acabar com esse sistema", afirma João Carlos Mello, diretor da consultoria.

A CCEE, que calcula o PLD semanalmente, aponta que em 26 ocasiões houve erros no preço, 24 de origem nos dados, como demanda de distribuidoras, nível de reservas e outras informações.

"Nós propomos um período de seis meses de transição e, depois, não haveria mais republicação", diz Rui Altieri, presidente da CCEE.

Comercializadoras que comprem energia de geradores e revendem a consumidores, eventualmente, perdem dinheiro com as revisões.

"Eu posso ter fechado a venda de energia a preço fixo e comprado a variável (com o PLD como referência), e se o preço do passado muda, eu tenho prejuízo", diz Alan Zelazo, da Focus Energia.

"Quando há revisão, há recolhimento de ICMS errado. Existem clientes que se negam a aceitar os preços alterados, e a comercializadora não recebe de um lado", diz Cristopher Vlavianos, presidente da Comerc Energia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: O Brasil é que da certo/Inovação

Autor: EDUARDO SODRÉ COLUNISTA DA FOLHA

Título: Montadoras usam recursos como sol e vento para tornar produção 'verde'

As nove torres instaladas no parque eólico da Honda, na cidade gaúcha de Xangri-lá, fornecem eletricidade para a fábrica localizada no interior de São Paulo a 1.100 quilômetros de distância.

A montadora japonesa aproveita a força dos ventos no Brasil para gerar energia limpa e, assim, atender a uma demanda da matriz: diminuir em 30% as emissões de CO₂ (gás carbônico) da marca até 2020, em relação ao ano 2000.

A meta de redução abrange o que sai pelos escapamentos dos veículos e também o que é emitido nas linhas de montagem. Ações do tipo buscam poupar recursos e melhorar a imagem da indústria automotiva, sempre vinculada a danos ambientais mundo afora.

"A energia gerada no Rio Grande do Sul é transmitida pelo Sistema Interligado Nacional e pode ser usada em qualquer lugar", diz Carlos Eigi, presidente da

Honda Energy. Há o cruzamento de dados de consumo na fábrica de Sumaré (a 118 km de São Paulo) com o que é gerado em Xangri-Lá.

A montadora afirma que já fornece mais do que gasta na linha de montagem. A meta de 30% de redução nas emissões de CO₂ foi superada em 2015, primeiro ano de operações do parque eólico. Na época, a queda ficou em 50%.

BENEFÍCIOS

Por gerar sua própria energia de forma limpa, a Honda tem direito a 50% de redução nas taxas de transmissão e de distribuição de energia. Hoje, os benefícios amortizam os R\$ 100 milhões gastos na construção do parque eólico, mas pode haver lucro em um futuro não muito distante.

Segundo Antonio Megale, presidente da Anfavea (associação nacional das montadoras) o plano chamado Rota 2030, que quer definir as bases de desenvolvimento do setor automotivo nos próximos anos, prevê mais incentivos às tecnologias limpas.

"É preciso ver todo o ciclo de produção da cadeia automotiva", diz Megale. A Anfavea defende um novo cálculo de tributos, feito a partir da eficiência energética dos veículos e das operações de suas montadoras.

Enquanto a Honda investe no vento, o grupo FCA Fiat Chrysler aposta no sol. A empresa desenvolve uma tecnologia que capta a luz por meio de células fotovoltaicas instaladas em protótipos e a transforma em energia, que recarrega a bateria do carro. A técnica diminui o consumo de combustível e a emissão de poluentes.

Cálculos feitos na Europa mostram que a tecnologia permite reduzir em 2,5% o gasto com gasolina. "No Brasil, que tem maior incidência solar, o ganho será maior", diz Toshizaeom Noce, supervisor de inovação da FCA.

A iniciativa, batizada como Projeto Girassol, é uma parceria entre a montadora e a CSEM Brasil, empresa que produz as células fotovoltaicas. São filmes plásticos transparentes, com 20 centímetros de largura, que podem ser colocados sobre os vidros ou na lataria do veículo.

A FCA não revela o quanto está investindo nesse projeto, mas diz que trabalha para torná-lo comercialmente viável para instalação em larga escala nos veículos.

"As pesquisas indicam que a aplicação da película deve acontecer na linha de produção, pois há necessidade de adequações técnicas nos carros, como o uso de softwares específicos", explica Noce.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Bandeira amarela pode voltar à tarifa em julho

O baixo volume de chuvas registrado nas últimas semanas, combinado à projeção de uma hidrologia abaixo da média para julho, deve motivar a alta dos preços de energia no mercado à vista, podendo levar ao despacho da bandeira tarifária amarela, no lugar da verde, vigente em junho.

Projeções de comercializadoras reunidas pelo **Valor** indicam que o preço de liquidação das diferenças (PLD, preço referência das operações do mercado de curto prazo) deve ficar entre R\$ 220 por megawatt-hora (MWh) e R\$ 250/MWh, no limite entre a bandeira verde e a amarela.

A bandeira amarela, que representa acréscimo de R\$ 2,00 a cada 100 quilowatts-hora (KWh) consumidos, é acionada quando o custo variável unitário (CVU) da termelétrica mais cara despachada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico fica entre R\$ 211,28 e R\$ 422,56 por megawatt-hora (MWh).

Em abril, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) havia acionado o patamar 1 da bandeira vermelha, com acréscimo de R\$ 3,00 a cada 100 KWh consumidos, refletindo o baixo volume de chuvas e a necessidade de despacho de termelétricas para suprir o consumo de energia. No fim de maio, o forte volume de chuvas distorceu os preços de energia, que baixaram de um patamar de R\$ 400/MWh para a faixa de R\$ 100/MWh, mesmo sem uma recuperação significativa dos reservatórios das hidrelétricas.

Segundo a consultoria Thymos Energia, a falta de chuvas nos últimos dias de junho nas regiões Sul e Sudeste reduziu consideravelmente o volume de água disponível para geração hidrelétrica nessas localidades, o que deve causar a mudança para bandeira amarela. "O que explica todo o comportamento de preços é o regime hidrológico", afirmou Gustavo Arfux, sócio-diretor do Grupo Compass. Ele lembra que em maio houve um pico de chuvas que influenciou a primeira quinzena de junho, o que justificou a queda dos preços de energia.

Agora, a situação é inversa. "Agosto tende a ter preços mais altos do que julho", disse o executivo, explicando que as primeiras projeções de preços para agosto estão dentro dos limites da bandeira amarela.

Para julho, o ONS prevê chuvas que alcancem 86% da média histórica no subsistema Sudeste/Centro-Oeste. Com relação ao Sul, o ONS prevê volume de chuvas em julho de 80% do histórico para o mês, enquanto no Norte a previsão é de um volume de chuvas de 64%. No Nordeste, a situação continua delicada. O ONS prevê chuvas de apenas 34% do histórico para o mês de julho.

"Nos últimos dias não houve chuva. Agora, com essa hidrologia abaixo da média pra julho, os preços sobem", disse Reinaldo Ribas, gerente de gestão de clientes da Delta Energia, que prevê um PLD médio de R\$ 240 a R\$ 250/MWh em julho.

A Libra Energia prevê um PLD entre R\$ 230 e R\$ 240/MWh. "Não tem chuva prevista para o Sudeste e tem muito pouca chuva prevista para o Sul em julho", disse Erico Evaristo, diretor da empresa, acrescentando que o PLD pode subir ainda mais ao longo de julho, devido a previsão de um baixo volume de chuvas.

O diretor de Inteligência e Risco da Ecom Energia, Carlos Caminada, tem a mesma opinião. "Uma alta pressão na segunda quinzena de junho provocou uma recessão de vazões e o preço começou a subir em junho", disse o executivo. "Os mapas de previsão de chuvas não mostram nada significativo para as próximas semanas", completou. A Comerc também trabalha com preços mais altos em julho. Para a próxima semana, a expectativa é de um PLD próximo a R\$ 220/MWh, disse o presidente, Cristopher Vlavianos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Andrea Jubé e Raphael Di Cunto | De Brasília

Título: Governo troca comando de Furnas para atender presidente da CCJ

Às vésperas de o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), definir o relator da denúncia contra o presidente Michel Temer pelo crime de corrupção passiva e conduzir a votação, o governo se movimenta para atender uma reivindicação do pemedebista e substituir o atual presidente de Furnas, Ricardo Medeiros. A mudança pode entrar na pauta da reunião do Conselho de Administração da estatal programada para hoje.

O indicado para o comando da estatal, principal subsidiária da Eletrobrás, é o atual diretor de Administração, Júlio Cesar Andrade, que chegou ao cargo com apoio do senador Romário (Podemos-RJ), mas recebeu a chancela da bancada do PMDB de Minas há dois meses, por conta da insatisfação com a "falta de ajuda" de Medeiros.

O presidente da CCJ reconheceu a indicação, "apoiada por toda a bancada do PMDB de Minas", mas negou qualquer relação de favorecimento. "É muito inusitado que se esteja tratando desse assunto agora. A indicação da presidência de Furnas é do PMDB de Minas há muito tempo e o pedido de substituição também é antigo", afirmou.

O governo quer que Pacheco indique um relator contrário à denúncia, que precisa ser aprovada pelo plenário da Câmara para ser analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os favoritos do Palácio são os deputados Jones Martins (PMDB-RS) e Alceu Moreira (PMDB-RS), mas o presidente da CCJ tem defendido que o relator seja independente.

"A situação do presidente da República na CCJ é muito mais ampla, é uma questão grave que tem que ser tratada com isenção. Reafirmo que não aceitarei interferência do governo em nenhuma circunstância", disse Pacheco, que escolherá o relator na terça-feira e decidirá as questões de ordem da tramitação na CCJ.

Funcionário de carreira da estatal, o indicado do PMDB foi alçado ao cargo no julgamento do impeachment no Senado. Capixaba, ele se formou em engenharia de produção por uma universidade privada de Campos de Goytacazes, no Rio de Janeiro (Isecensa-RJ), e tem pós-graduação em negócios no setor de energia elétrica na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Andrade e Romário conheceram-se numa partida de futebol em Vitória.

Medeiros é engenheiro elétrico e foi um nome técnico encontrado por Rodrigo Pacheco quando o Planalto garantiu à bancada do PMDB mineiro a indicação do cargo. Na ocasião, teve o aval dos seis deputados, além do presidente regional da sigla e vice-governador de Minas, Antonio Andrade. Agora, dos seis integrantes, apenas um é contrário à mudança do presidente da estatal, o deputado Mauro Lopes. Os demais estão dispostos a apadrinhar o indicado de Romário, considerado mais afável e atencioso com os parlamentares que o atual presidente.

A dança das cadeiras em andamento ocorre na sequência da comemoração pelo Palácio do Planalto de um ano da nova Lei de Responsabilidade das Estatais, em que Temer cobrou "responsabilidade" de toda a administração pública. Após a solenidade, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, reconheceu que o governo continua recebendo indicações políticas e pode acatá-las, desde que observados os requisitos legais, como não ser dirigente partidário, e a qualificação técnica para o cargo. "Todas as nomeações hoje passam pela avaliação do cumprimento das regras da nova leis", disse.

O conselho de administração de Furnas se reunirá hoje e a substituição deve entrar na pauta, informou nesta semana o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior. Fontes, contudo, informaram que a troca não estava certa - funcionários da estatal apresentavam resistência.

Além da análise da denúncia pela CCJ, a troca também atende aos deputados mineiros, que reclamam que este é o primeiro governo na história que não tem um ministro do Estado. São 53 deputados que votarão pela continuidade - ou arquivamento - da denúncia. Uma maioria de insatisfeitos com a gestão de Furnas. **(Colaborou Daniel Rittner)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Jennifer A. Dlouhy | Bloomberg

Título: Política energética de Trump apoia carvão e nuclear

O presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou ontem que está revertendo uma política de Barack Obama, que reduziu o financiamento de usinas de energia a

carvão no exterior, e disse que busca reorientar o país, distanciando-o do combate às mudanças climáticas e aproximando-o de um "predomínio energético" americano.

"Estamos agora às vésperas de uma verdadeira revolução energética", disse Trump a uma plateia de executivos, lobistas e trabalhadores do Departamento de Energia. "Somos um dos principais produtores de petróleo e o maior produtor de gás natural. Temos muito mais do que jamais pensamos ser possível. Estamos realmente no comando da situação".

Trump também comemorou as crescentes exportações de energia dos EUA que, segundo ele, estão gerando "milhões e milhões de empregos" e atuando como uma força para a paz em todo o mundo. Após décadas de dependência do petróleo estrangeiro, os EUA estão prestes a se tornar um exportador líquido de recursos energéticos.

"A grande vantagem competitiva dos EUA hoje são os baixos preços da energia", afirmou Gary Cohn, conselheiro econômico da Casa Branca, antes da fala presidencial. "Não somos mais vítimas de ter que importar nossos hidrocarbonetos; de ter que importar nosso petróleo".

Como parte da "Semana da Energia" da Casa Branca, o presidente destacou a crescente produção de energia pelos EUA e as reversões das regras ambientais postas em vigor durante o mandato de Obama. No discurso, ele destacou como a eliminação de regras e o incentivo aos produtores nacionais de combustíveis fósseis vão ajudar a economia americana e beneficiar a política externa americana.

Trump também detalhou os passos anteriores que tomou para eliminar as regras que restringiam a produção doméstica de energia, entre eles o cancelamento da limitação de emissões de gases de efeito estufa pelas usinas elétricas. Ele também está tirando os EUA do histórico Acordo do Clima de Paris, em que quase 200 países se comprometeram a reduzir as emissões de dióxido de carbono.

A maior mudança anunciada é uma reversão das restrições impostas pelo Banco Mundial e por outros bancos multilaterais de desenvolvimento ao financiamento de fábricas de carvão nos países em desenvolvimento. A política foi implementada pelo presidente Obama. Os defensores das restrições dizem que elas ajudaram a combater as mudanças climáticas, enquanto os críticos dizem que elas frustraram o desenvolvimento de avançadas usinas a carvão que produzem menos emissões.

O presidente anunciou ainda uma revisão da política de energia nuclear, que poderá levar a uma avaliação interagências focada em como resolver alguns dos

maiores desafios do setor, entre eles o armazenamento de resíduos radioativos e a competição contra alternativas mais baratas como o gás natural e a energia eólica.

O governo Trump também está dando um passo formal no sentido de redigir um novo plano de cinco anos envolvendo a venda de direitos de perfuração para extração de petróleo e gás em águas americanas, inclusive no Ártico e no Oceano Atlântico.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaque

Socorro para Samarco

A Vale vai disponibilizar à Samarco linhas de crédito de curto prazo de até US\$ 76 milhões, para apoiar as operações da controlada no segundo semestre deste ano, sem que isso configure uma obrigação. Conforme a empresa, os fundos serão liberados à medida que forem necessários e a BHP pretende tornar disponível para a Samarco linhas de crédito de curto prazo em termos e condições similares. A Vale comunicou ainda que, dada a previsão atualizada do fluxo de caixa da Samarco, é provável que os acionistas sejam chamados a cumprir, na proporção de sua participação acionária na joint venture (50% cada um), as obrigações do acordo assinado em 2 de março de 2016 para restauração do meio ambiente e das comunidades afetadas pelo rompimento da barragem da Samarco. Em consequência, a Vale estima contribuir com cerca de US\$ 174 milhões no segundo semestre. A quantia será descontada da provisão de R\$ 3,7 bilhões registrada nas demonstrações contábeis da companhia no segundo trimestre de 2016.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Eletrobrás vai seguir Cemig e vender usina

A Eletrobrás confirmou ontem a intenção de exercer a cláusula de "tag along" (mecanismo que estende a oferta dos controladores aos minoritários nas mesmas condições) com relação à venda de sua participação na hidrelétrica de Santo Antônio (RO). Nesta semana, a Cemig, uma das acionistas de Santo Antônio, informou ter recebido oferta da chinesa SPIC Overseas pela sua participação na hidrelétrica.

"Eu soube [do anúncio feito pela Cemig] pela mídia. Se ele [o negócio] está nesse tipo de desenvolvimento e nós temos para exercer a cláusula de direito de tag along, sim, nós temos a disposição de exercer", afirmou o diretor financeiro e de relações com investidores da Eletrobrás, Armando Casado, após participar de evento sobre integração energética na América do Sul, promovido pela chinesa State Grid, no Rio de Janeiro.

Considerando as participações direta e indireta, a Cemig possui 18,13% da Madeira Energia (Mesa, controladora da concessionária da hidrelétrica). A Andrade Gutierrez possui outros 4,2%. Os demais sócios são Odebrecht (18,6%), Caixa FIP Amazônia Energia (20%) e Furnas, subsidiária da Eletrobrás (39%).

Em ocasiões anteriores, o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Jr., já havia afirmado que a companhia tinha interesse em exercer cláusula de tag along nos negócios em que os acionistas controladores estivessem vendendo suas respectivas participações, como é o caso de Santo Antônio. O exercício do "tag along" é uma das modalidades do plano de venda de ativos da Eletrobrás, cujo objetivo é levantar R\$ 4,6 bilhões neste ano.

Casado explicou que uma eventual venda da participação da empresa em Santo Antônio não será suficiente para preencher a meta de R\$ 4,6 bilhões de desinvestimentos este ano. Para alcançar a marca, a companhia conta com privatizações de distribuidoras e venda de participações em sociedades de propósito específico (SPES) de linhas de transmissão e parques eólicos.

Segundo uma fonte com conhecimento do assunto, o conselho de administração da Cemig deve aprovar na próxima semana a proposta apresentada pela SPIC Overseas. "Até a próxima semana acredito que isso já possa ser fechado", afirmou ela ao **Valor**.

A fonte não comentou o valor da proposta, porém afirmou que a cifra "está bem compatível" com o que a Cemig esperava. "As primeiras propostas não estavam dentro daquilo que a própria Cemig achava que seria adequado para a característica daquele investimento. Foi uma negociação bastante longa. Se chegou a um modelo que achamos bastante adequado."

Conforme reportagem publicada ontem pelo **Valor**, segundo fontes com conhecimento do assunto, a oferta dos chineses avalia a hidrelétrica em cerca de R\$ 7 bilhões, mais possíveis acréscimos dependendo do desempenho da usina e do resultado de disputas judiciais, como ações referentes ao risco hidrológico.

Ainda segundo a fonte, todos os acionistas da hidrelétrica, de 3.568 megawatts (MW) de capacidade instalada, deverão vender sua participação no projeto. "O

grupo como um todo está vendendo [as respectivas participações na usina]. Será uma venda total. Todo mundo vai vender".

No evento, Casado afirmou também que a Eletrobrás está desenvolvendo estudos de hidrelétricas na Guiana e no Suriname e de uma linha de transmissão, de 1,8 mil quilômetros, ligando os dois países ao Brasil, passando pela Guiana Francesa. Segundo ele, os estudos ainda são "embrionários". "Ainda está em uma fase de pré-viabilidade. Com usinas e uma linha de transmissão de 1.800 quilômetros."

Os estudos, orçados em cerca de US\$ 2 milhões, são financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Presente ao evento, o presidente da State Grid Brazil Holding (SGBH), Cai Hongxian, destacou o potencial brasileiro de recursos naturais, que pode trazer benefícios na integração energética regional. "O Brasil tem uma situação particular com recursos fartos para o desenvolvimento de energias verdes", afirmou o executivo. **(Colaborou Camila Maia, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Minério fecha junho em alta mas segue sob pressão

Em um mês com ainda aguda deterioração da confiança do mercado sobre commodities industriais, o segmento metálico se destacou positivamente e conseguiu terminar junho em alta após vários dias consecutivos de recuperação. O petróleo, porém, único produto ainda com alguma notícia concreta em relação aos fundamentos - extensão dos cortes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) -, não acompanhou o movimento e fechou em queda.

O maior destaque do mês até ontem foi o minério de ferro. O insumo chegou a acumular recuo superior a 6% na primeira metade de junho, mas agora já sobe 13,5% no período - a alta mais significativa desde outubro de 2016. Ontem, terminou cotado em US\$ 64,71 por tonelada, segundo a "Metal Bulletin", após quatro dias consecutivos de valorização. Ou seja, no ano a baixa ainda é de 18%.

No segundo trimestre, a cotação média bateu os US\$ 62,96, 26,5% abaixo dos três primeiros meses do ano, mas crescimento de 13,5% em comparação anual. Para a Vale, cujo balanço tem como moeda funcional o real, o efeito não será cheio. O câmbio estava mais favorável para a empresa de abril a junho do ano passado. Por isso, em reais, o minério sobe apenas 3,8% nessa comparação.

É importante ressaltar que parte da formação de preço trimestral da Vale se baseia em preços passados, outra parcela no mercado à vista e o restante, em projeções. Por isso o desempenho da companhia em bolsa tem sido positivo, apesar do efeito menos benéfico. Além disso, com a renovação do acordo de acionista e a conversão de ações preferenciais em ordinárias, os investidores têm atribuído um prêmio ao papel.

Em Nova York, por exemplo, enquanto a rival Rio Tinto sobe 7% no ano e a BHP cai 0,9%, a brasileira tem alta de 14,4%.

A recuperação se deu depois de uma rápida queda que levou o minério ao preço mais baixo em um ano. Para analistas, o recuo foi exagerado frente aos fundamentos econômicos, mesmo com a perspectiva de excesso de oferta no mercado transoceânico. Mas uma fala do primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, sobre a possibilidade de um crescimento "apropriado" mesmo com os esforços de controle do déficit público, animou os compradores.

Mas a perspectiva não é positiva para a commodity. O banco alemão Commerzbank afirma que mesmo a manutenção da forte demanda chinesa por aço e minério não impediria o excesso de oferta do mercado. "O consumo de minério pode facilmente ser suprido pela oferta atual", diz a instituição, em relatório, citando, por exemplo, o S11D, da Vale.

Até agora, os efeitos completos do novo projeto da maior produtora de minério de ferro do mundo não apareceram. Mesmo assim, no primeiro semestre, até o dia 23, a média diária de exportação da matéria-prima pelo Brasil foi de 79,7 milhões de toneladas, 85% a mais em comparação anual. O número engloba também a contribuição de outras empresas, como a CSN Mineração e a Anglo American.

Além disso, a demanda tem perspectiva de enfraquecimento. "No segundo semestre devemos ver os efeitos da desaceleração chinesa mais claramente", diz Felipe Beraldi, analista da Tendências Consultoria Integrada. Segundo ele, que prevê nível entre US\$ 50 e US\$ 52 no último trimestre do ano, a volatilidade seguirá alta até que o mercado se estabilize.

Um ponto que pressiona a cotação do petróleo é a produção americana, que deve ultrapassar os 10 milhões de barris/dia

Mas não foi só o minério que se recuperou na segunda metade do mês. Na Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês), os contratos futuros de três meses do alumínio diminuíram as perdas e terminaram praticamente estáveis, em US\$ 1.915 a tonelada. Além disso, o cobre subiu 5,3%, para US\$ 5.940, e o níquel teve alta de 5%, para US\$ 9.290.

Os três metais têm perspectiva de arrefecimento dessa performance até o fim do ano. Por enquanto, contudo, o níquel deve manter patamar mais forte, por conta da demanda chinesa principalmente. As importações do gigante asiático bateram recorde em maio e podem seguir elevadas.

O Commerzbank, contudo, lembra que a perspectiva para a commodity dependerá muito da ação das Filipinas, que por enquanto seguem com minas fechadas por questões ambientais.

Mas de todos esses insumos, o único que caiu em junho foi o petróleo. Também foi o único cujas notícias para o mercado internacional tinham viés positivo, já que a Opep resolveu manter até março de 2018 o teto de produção estabelecido no ano passado, e que venceria em junho, a fim de equilibrar o mercado.

No mês até ontem, o segundo contrato do Brent negociado na ICE Futures de Londres caía 6,17%, para US\$ 47,63 o barril, enquanto o WTI recuava 6,92%, para US\$ 45,20. No ano, as oscilações de ambos são negativas em 17,15% e 17,31%, respectivamente.

"O mercado ainda está muito indefinido sobre qual cenário vai prevalecer", comenta Walter de Vitto, analista da Tendências.

"Líbia e Nigéria, que não fazem parte do acordo de cortes da Opep, elevaram consideravelmente a produção em maio, o que assustou os investidores. Além disso, o que a Opep fará se o mercado não se reequilibrar? Enxergo atualmente muitos riscos para o petróleo", acrescenta.

Os dois países, que compõem também o cartel, adicionaram quase 400 mil barris diários à oferta global no mês passado. A alta não era esperada e piorou ainda mais a aposta dos investidores, derrubando o preço do barril. Vitto diz que hoje essa é a maior incerteza em relação ao petróleo - se o crescimento de ambos é sustentável ou não.

Outro ponto que pressiona a cotação é a produção americana. Segundo a consultoria Rystad Energy, os Estados Unidos devem ultrapassar os 10 milhões de barris extraídos por dia ainda neste ano. Para o banco Julius Baer, um ponto-chave será a observação dos estoques no país, ainda muito altos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliano Basile | De Nova York

Título: Compra da CSA abrirá mercados à Ternium

A compra da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) permitirá a reinvenção da Ternium, afirmou o presidente da empresa, Daniel Novegil. "Com a CSA, poderemos ir a diferentes direções. É algo que estamos considerando agora", afirmou durante evento direcionado a investidores, em Nova York.

Novegil explicou que a CSA tem capacidade de produção de 5 milhões de toneladas de aço. Desse montante, 2 milhões devem ir para os EUA, onde a CSA tem acordo de fornecimento para a Calvert - contrato que vale até outubro de 2019. Um milhão de toneladas poderá ser vendido no Brasil e mais 2 milhões ao México. A aquisição dobrou a capacidade de produção de chapas de aço da Ternium, o que permite maior flexibilidade para olhar para outros mercados, inclusive a Argentina. "A CSA nos dá a possibilidade de reinventar a companhia", enfatizou Novegil.

O executivo demonstrou, no entanto, respeito ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que irá julgar a operação. "Nós estamos aguardando a posição das autoridades antitruste".

Novegil disse estar otimista com a retomada do crescimento da economia no Brasil. Na sua avaliação, quando o país deixar a recessão, a recuperação será mais rápida, pois o setor de infraestrutura deverá trazer novas demandas à indústria. "Eu estou otimista".

Ele afirmou que está buscando acordo com a Nippon Steel sobre o controle da Usiminas. "Continuamos trabalhando para tentar encontrar uma solução para as discrepâncias que tivemos sobre a governança na companhia", ressaltou. Ele disse estar otimista com isso. "Mais cedo ou mais tarde nós vamos encontrar uma solução."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Lucas Marchesini | De Brasília

Título: Veto na área de educação pode atingir Ale e Ipiranga

A decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de vetar a fusão entre a Estácio e a Kroton aumenta as incertezas em torno de outra grande operação analisada pela autoridade antitruste, a venda da Alesat para a Ipiranga.

A possibilidade de vetar a operação entre as duas companhias ainda não é discutida abertamente no Cade, que se debruça neste momento sobre uma proposta das empresas para viabilizar o negócio, mas o veto decidido na quarta-feira pelo plenário da autarquia acendeu o sinal de alerta entre pessoas que

acompanham o ato de concentração entre as duas distribuidoras de combustíveis.

Apesar de se tratarem de mercados e operações distintos, os dois negócios têm pontos em comum. Nos dois casos, a Superintendência Geral (SG) do Cade elaborou um parecer duro impugnando a operação.

Em seu parecer, a SG apontou que a venda da Alesat para a Ipiranga, que pertence ao grupo Ultra, levanta "preocupações concorrenciais nos mercados de distribuição e revenda de combustíveis automotivos líquidos" e que "à primeira vista não comportam a aplicação de remédios adequados".

Um pouco depois, a SG indaga se em um "cenário de contínua deterioração das condições competitivas e de persistência e consolidação das práticas colusivas estruturais, qual é o limite que o Cade deve traçar com a finalidade de evitar concentração excessiva do mercado nas mãos dos grandes agentes?"

Outro ponto em comum entre os dois casos é a estratégia de crescimento por meio de aquisições, que se opõe ao chamado crescimento orgânico. A Kroton cresceu fortemente através da aquisição de concorrentes e o fato foi ressaltado diversas vezes pelos conselheiros que votaram contra a fusão com a Estácio. O grupo Ultra também tem grande atuação na mesma direção.

Também sobre esse ponto, a SG faz um questionamento em seu parecer. "Após aprovar (ainda que com várias restrições) sucessivos atos de concentração nesse mercado, em que momento a autoridade antitruste deve reconhecer a natureza irremediável da situação e ativamente intervir para evitar uma deterioração do ambiente concorrencial?"

Por fim, o veto a fusão entre as duas gigantes do setor educacional passou uma mensagem de endurecimento da atuação da autoridade antitruste. Para as pessoas ouvidas pelo **Valor PRO**, serviço de informação em tempo real do **Valor**, o significado do recado é que a autarquia não se furtará a impedir operações que exijam restrições excessivas.

De novo, o parecer da SG apoia essa percepção, ao dizer que uma intervenção no setor "não pode ser deixada para o próximo grande Ato de Concentração". "A operação é preocupante. Se ela for aprovada, a Ipiranga, a Raízen e a BR Distribuidora estarão em zona confortável para induzir ou impor a coordenação sobre centenas de mercados relevantes de revenda espalhados por todo o país, em grandes e pequenas cidades", avaliou.

Na sessão de ontem foi ratificada a extensão do prazo para que o Cade se posicione sobre a operação entre Ipiranga e Alesat. Uma decisão sobre o caso deverá ser tomada em agosto, quando o Cade tem duas reuniões ordinárias

agendadas. Até lá, conselheiros e advogados devem se reunir para tentar chegar a um caminho que viabilizaria o negócio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo

Título: Fornecedor da Petrobras busca novas áreas

A crise na Petrobras e a queda do preço do petróleo têm feito pequenas e médias empresas adotarem uma série de estratégias para reduzir os impactos do momento conturbado. Além de abertura de novos negócios em segmentos mais promissores e da diversificação da carteira de clientes, esses empresários estão buscando capturar oportunidades que surgem nesse ambiente em que as grandes petroleiras buscam enxugar custos. A estratégia envolve até a abertura de escritórios no exterior, de olho na demanda de rivais da estatal.

Quando foi criada, em 2011, a Radix, uma empresa de engenharia e software que oferece serviços e soluções de tecnologia, tinha na Petrobras sua principal cliente. Mas ao longo dos dois primeiros anos de negócios a empresa percebeu que a estatal já vinha reduzindo o ritmo de encomendas, concentrando-se nos projetos de refinarias e plataformas.

Com sede no Rio e escritórios em Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Foz do Iguaçu (PR) e Houston (EUA), a Radix desenvolveu um novo leque de serviços, ingressando em setores como mineração e alimentos e bebidas, mais resilientes, e abrindo um escritório no exterior para obter contratos com petroleiras internacionais.

O foco foi reduzir o peso do setor de óleo, que respondia por cerca de dois terços da receita da empresa. Hoje representa um terço, sendo que metade do faturamento na área está ligado a outras petroleiras que atuam no Brasil. A empresa aproveitou sua estrutura nos EUA para aumentar os elos comerciais com rivais da Petrobras. "Fortalecemos nossos elos com a Chevron, que já responde por 10% dos nossos negócios, e com a Exxon Mobil ", destaca o presidente da empresa, Luiz Eduardo Rubião.

Para a estatal, que hoje responde indireta ou diretamente por 18% da receita, mas representava quase 70%, novos serviços foram oferecidos. Quando uma petroleira começa a perfurar poços, ela tem de investir em seu desenvolvimento e destinar parte da sua receita para pesquisa e desenvolvimento, tendo ainda de gerenciar uma ampla gama de convênios com universidades e fundações. "Passamos a participar de licitação para oferecer à Petrobras essa gestão de convênios, o que nunca tínhamos feito", diz.

A Radix também diversificou sua atuação, passando a buscar acordos em outras áreas da indústria, como a de alimentos e bebidas, de mineração e a área de transportes. "Tivemos de ser rápidos para nos adaptar a esse novo contexto do setor de óleo e gás e procurar oportunidades em outros segmentos, como o de aeroportos - vendemos uma solução para a concessionária do aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro", afirma Rubião.

Depois dessa venda, o setor de aeroportos entrou no radar da empresa. Em março, quatro outros aeroportos (Porto Alegre, Florianópolis, Salvador, Fortaleza) foram concedidos pela União. "Estamos de olho nessa área que pode ser promissora", aponta o executivo.

No caso da Wellcon, especializada em treinamento e consultoria no controle de poços de petróleo, e que desenvolveu seu próprio simulador para atender as prerrogativas de exploração em águas ultra profundas, a sobrevivência representou o ingresso em um novo ramo: energia solar, com forte potencial de crescimento.

Primeiro, a empresa instalou um sistema de captação solar em sua sede em Sergipe. Assim, pode conhecer como o sistema funcionava, estudar as linhas de crédito disponíveis para aquisição dos equipamentos e descobrir os principais desafios de adoção da tecnologia. A Wellcon, então, se tornou apta a prestar consultoria em todo o processo, do estudo de viabilidade até a execução de projetos solares, tornando-se a primeira a ser credenciada para a tecnologia em Sergipe.

O país já tem cerca de cinco mil residências e pequenos comércios gerando a própria energia. A Aneel prevê que até 2024 perto de 1,2 milhão de unidades consumidoras produzam sua própria energia, com um total de 4,5 gigawatts de potência instalada. Na Alemanha, a geração alcança 17,5 gigawatts. Sergipe é um dos Estados com maior índice de radiação solar do país.

A queda da cotação do petróleo nos últimos anos fez o setor perder espaço no balanço da Hydro Clean, cuja receita tem oscilado entre R\$ 300 mil e R\$ 400 mil anuais nos últimos anos. Fundada em 2000, a empresa mineira produz e comercializa um filtro absorvente natural de óleo, com poder de absorção imediata, descarte econômico e sustentável. A saída foi pulverizar os negócios para clientes de outros setores, como energia elétrica, mineração, construção civil.

Agora a Hydro Clean busca fazer com que sua inovação, protegida por patente, chegue às gôndolas dos supermercados. Um litro de óleo contamina um milhão de litros de água, sendo o descarte desse produto um problema que atinge milhões de residências. A ideia é que ampliar os contatos com fabricantes de

higiene e limpeza que se interessem por colocar o filtro em seu portfólio. A companhia tem outros grandes clientes, como Cemig, Alcoa e Furnas.

"Também estamos olhando parcerias no exterior em que a empresa queira desenvolver, a partir da nossa patente, o produto lá fora", destaca Helder Martins, fundador da empresa, que viajou para os Estados Unidos para mostrar a novidade.

Para manter os negócios, a saída também foi reduzir os custos fixos de produção. Foi fechado o escritório da empresa que mantinha quatro funcionários trabalhando naquele país, segundo Martins.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Roberto Rockmann | De São Paulo

Título: Investimento em óleo e gás estão em queda no país

Os investimentos no setor de óleo e gás no Brasil estão em queda. O principal termômetro é a Petrobras, que prevê em seu Plano de Negócios e Gestão 2017-2021 investimentos de US\$ 74,1 bilhões, sendo 82% deste valor para a área de exploração e produção. A cifra representa uma queda considerável em relação a estimativas anteriores.

A redução de desembolsos coincide com venda de ativos. No plano anterior, de 2016 a 2020, previa-se aportes de US\$ 80 bilhões. No anterior, realizado em 2015, a projeção de recursos chegava a US\$ 108 bilhões.

Neste segundo semestre, está prevista licitação de blocos na área do pré-sal, primeira vez que isso ocorrerá desde 2013, quando foi concedido o megacampo de Libra. A Petrobras já indicou que pretende exercer seu direito de preferência em apenas três dos oito campos que serão ofertados nos dois leilões do pré-sal, sob regime de partilha, em outubro.

A empresa estimou em R\$ 810 milhões o valor correspondente ao bônus de assinatura a ser pago, considerando que os resultados dos leilões confirmem apenas as participações mínimas de 30% indicadas em cada bloco. Isso representaria apenas 0,3% do plano plurianual de investimento, de cerca de US\$ 74,1 bilhões.

MME / ASCOM .